

ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, com muita alegria estamos hoje aqui para registrar que, ontem, na cidade de Três Barras, no Planalto Norte, recebemos o título de cidadão três-barrense. Já me sentia cidadão de Três Barras, mas por indicação do vereador Ernani Wogeinaki e demais vereadores da bancada do ano passado recebemos este ano esse título.

Foi uma solenidade bonita. E lá também estive a mãe do prefeito Pedro Merhy Seleme. Esse prefeito foi quem me ofertou o primeiro emprego como médico na minha vida profissional. Emprego este que até hoje mantém o vínculo. Por quê? Porque foi o primeiro emprego assumido como médico, numa cidade vizinha de Canoinhas, onde

existe o bairro São Cristovão que possui mais de 100 mil pessoas.

Portanto, esse título de cidadão três barrense muito nos honrou, fazendo com que o prefeito Eloi José Quege, o presidente da Câmara, João Francisco Canani, demais vereadores e vereadoras, três mulheres vereadoras, juntamente com minha família, nossos amigos, o juiz de Direito, o doutor Márcio, o prefeito de Canoinhas, Beto Faria, o vice-prefeito Wilson Pereira, o presidente da Câmara, Renato Pike, muito nos honraram com suas presenças, com palavras bondosas, com palavras de reconhecimento, com palavras de dignidade.

Muito obrigado, comunidade de Três Barras!

Temos agora, como sempre tivemos, maior responsabilidade ainda com o município de Três Barras, para continuar a construção desse belo município, onde o governo do estado já realizou várias obras importantes, como a ponte entre o município de Canoinhas e Três Barras, como o ginásio de esportes, os postos de saúde, como a principal obra realizada lá, o centro dos adolescentes, masculino e feminino.

O adolescente que não tem para onde ir tem um lugar para morar no município de Três Barras. Isso graças a quem? Graças ao governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, que para lá destinaram mais de R\$ 500 mil para a construção desse importante centro.

Também, ao terminar o mês Outubro Rosa, tivemos a liberação para a Rede Feminina de combate ao Câncer, de Canoinhas, verba esperada por aquela entidade e liberada pelo nosso governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Portanto, se fôssemos falar em obra, continuaríamos falando por muito tempo. Isso faz com que o nosso mandato de deputado estadual seja respaldado pelo governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira não apenas em promessas, mas em ações concretas como a do Hospital Santa Cruz, que na quinta-feira passada realizou a primeira captação de órgãos para transplante para a cidade de Canoinhas, coordenada pela equipe do dr. Andrei

Morais, o neurocirurgião da cidade, o que mostra que pensamos, sim, nos outros.

A região de Canoinhas possui um grande número de pessoas solidárias, onde temos a Adosarec - Associação dos Doadores de Sangue de Canoinhas, uma das maiores do Brasil e do planalto norte, fazendo com que as pessoas se preocupem com os outros, doando sangue, salvando vidas, ajudando o ser humano.

Faço essas colocações porque no dia 25 de novembro é o dia do doador de sangue, e nesse mês faremos, sim, uma homenagem importante a essas pessoas que são solidárias e participam da vida dos outros ajudando.

Nós, como pessoas, não como médico, não como deputado, e todos vocês temos a obrigação de ajudar o nosso semelhante, as pessoas que estão ao seu lado, transmitindo um ato de otimismo, algo agradável, fazendo as pessoas sorrirem. E temos que fazer isso com agilidade, pois toda ação corresponde a uma reação. E como temos esse tipo de vida, de ajudar as pessoas, sermos solidários, de salvarmos vidas, temos a certeza de que não apenas o médico, mas todos nós, pessoas, temos sim, obrigação de ajudar os nossos semelhantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Kennedy Nunes, quero debater novamente com v.exa., porque na noite de ontem citei seu nome em uma conversa que tivemos em virtude de uma notícia que foi publicada na televisão, dando conta de uma criança da cidade de Lages, que precisa ser internada com urgência em uma UTI para queimados. E o Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, tem meia dúzia de vagas apenas e estão todas lotadas.

Citei seu nome porque no ano passado a ala de queimados do Hospital Infantil de Joinville foi fechada, com o argumento de que não tinha retorno manter as dez vagas de UTI do Hospital Materno

Infantil de Joinville abertas e com equipamentos caríssimos que foram comprados.

A organização social que administra aquele hospital chegou à conclusão, e convencendo a secretaria de estado da Saúde, de que não deveria manter abertas aquelas dez vagas, porque as vagas existentes no Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, seriam suficientes para a demanda de Santa Catarina.

O estado de Santa Catarina, deputado Antônio Aguiar, autorizou uma organização social que administra o Hospital Materno Infantil de Joinville a fechar os leitos de queimados, de crianças queimadas. E a notícia de ontem é que uma criança de Lages, se não for internada em 24 ou 48 horas, terá que ser tratada de qualquer forma na cidade de Lages, com os meios possíveis evidentemente que a infraestrutura permite.

Trago esse elemento apenas para registrar a minha indignação e para dizer que a política de entregar estabelecimentos públicos de saúde para organizações sociais, para a iniciativa privada, que muitas se definem como empresas de saúde, é ruim para a sociedade catarinense e depõe contra o argumento do governador de que saúde pública tem que ser prioridade.

Em Joinville esse espaço foi cedido para aquelas especialidades que rendem mais, como a cardiologia, do ponto de vista monetário. E ainda cabe investigar para aonde foram aqueles equipamentos caríssimos que estavam lá para tratar crianças queimadas, porque tinham sido comprados com dinheiro público pouco tempo antes de terem sido abandonados.

Quero fazer esse registro indignado também no sentido de mostrar a importância do serviço público em saúde para qualquer sociedade. E é justamente por considerar a imensa importância que tem que nos indignamos quando entendemos que a política que está sendo executada é errada e trabalha contra o interesse público e da sociedade.

Uma criança de menos de quatro anos faleceu na última quinta-feira aqui no Hospital Infantil de

Florianópolis, depois de um ano e três meses de tratamento contra o câncer. Ela era minha sobrinha, mas não quero falar sobre isso por ser uma questão familiar, mas, sim, falar da importância do serviço público. Aonde seria tratada a filha de um assentado da reforma agrária, ou seja, filha de um sem terra, uma criança com tumores no cérebro, se não fosse num hospital 100% público?

Ela ficou um ano e três meses em tratamento. E aqui quero falar sobre a importância do serviço público de saúde, apesar de tudo que dissemos sobre o Hospital Infantil, sobre as goteiras, sobre o tomógrafo que nos dias de chuva não funcionava, porque chovia em cima, sobre as demoras nas reformas, mas ficaram um ano e três meses tratando a pequena Priscila, insistindo até o último momento na perspectiva de tentar reverter o quadro, de prolongar sua vida.

Estou falando isso para mostrar a importância e parabenizar o conjunto de servidores do Hospital Infantil Joana de Gusmão, desde os serviços gerais, auxiliares e técnicos de Enfermagem, enfermeiros e enfermeiras, médicos e médicas que de forma devotada dedicaram um ano e três meses para tentar salvar uma vida, para tentar combater um câncer.

Esse é o trabalho deles. Fizeram muito por essa menina, mas fazem todos os dias de forma continuada para centenas de crianças do nosso estado. E todos esses profissionais merecem, portanto, o nosso aplauso.

Evidente que não obstante a postura crítica que temos, quero registrar também a participação da própria secretaria da Saúde nesse processo, porque ela teve duas convulsões, lá no interior, e veio convulsionada até chegar aqui em ambulâncias do Samu, em helicópteros e aviões do governo do estado, inclusive.

Acho importante o fortalecimento dessa estrutura e a defesa de que continue 100% pública, que não meçam recursos e esforços só por cifrão. E nesse caso do fechamento das vagas de queimados do Hospital Infantil de Joinville o argumento usado

foi o de que não havia retorno financeiro. Como falar de saúde pública pensando em cifrão? Como falar em salvar vidas, em defender uma vida, em diminuir a dor de uma pessoa medindo isso por cifrão? Não dá! É neste sentido e contra essa lógica que ficamos indignados, protestamos e criticamos autoridades e pedimos para o governador reverter essa situação para o bem da sociedade catarinense e para poder cumprir sua promessa de fazer da saúde pública as prioridades números um, dois e três.

Deputado Padre Pedro Baldissera, neste minuto que me resta quero informar que nós sepultamos a pequena sem terra Priscila no interior de Santa Cecília. Quando chegamos ao cemitério, deixamos os carros no pátio de uma serraria abandonada caminhando por dentro de uma floresta de *pinus elliotis*. O que sobrou por certo de uma antiga comunidade foi o cemitério. Evidentemente que isso precisa ser registrado, precisa ser entendido.

O processo de desenvolvimento econômico e social da nossa sociedade que aniquila, que mata comunidades inteiras na monocultura do pinheirinho. Isso preciso ser refletido por toda e qualquer pessoa que pensa em construir uma sociedade justa, uma sociedade onde as pessoas convivam, onde as pessoas de fato trabalhem para viver e não ao contrário; uma sociedade onde o esforço, o trabalho humano seja utilizado para o convívio saudável das pessoas e não ao contrário. Porque caminhar por dentro de uma floresta de pinheirinho até o cemitério para deixar num deserto de floresta de pinheirinho o corpo de uma pessoa querida é, com certeza, um sinal de que uma sociedade inteira está doente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaríamos de parabenizar o prefeito

de Joinville pela passagem do seu aniversário no dia de ontem, bem como todos os funcionários, pelo Dia do Funcionário Público.

Mas quero desejar o prefeito Udo Dölher saúde, felicidades e parabenizá-lo pela gestão que vem realizando. Parabéns pelo seu trabalho, pela sua competência e pela sua dedicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero saudar as pessoas e os cidadãos catarinenses que estão nas galerias desta Casa acompanhando os nossos trabalhos em nome dos alunos da Emeja, que é uma escola profissionalizante de adultos de Rio Negrinho, que estão acompanhados da professora Marli, do professor Acildo e da professora Stela, que vieram nos visitar.

Quero, então, em nome deles, cumprimentar todos aqueles que estão fazendo o mesmo nesta Casa.

Quero, também, manifestar apoio à manchete do Diário Catarinense de hoje, onde está o seguinte:

(Passa a ler.)

"Justiça vai apurar uso de fundo na segurança.

Portal Transparência mostra que dinheiro do trabalho de presos foi investido em obras fora de presídio." [sic]

Depois, naturalmente, a matéria se atém a uma possível investigação, porque 75% do lucro do trabalho dos detentos, dos internos dos presídios são repassados para os próprios detentos e 25%, segundo informação que recebi, ficam para a instituição, para o estado.

Então, francamente, não sei qual é o objetivo básico que não seja o de usar alguma matéria apenas.

Mas se os 25% são do estado, então também não vejo dificuldade de esse dinheiro ser usado para comprar chapas e parafusos; para locação de carros; para equipar uma caminhonete usada pelo Deap; para comprar cimento, portas, fechaduras,

mesa e cadeiras. Quer dizer, desde quando isso não é material para o governo? É, sim, e é permitido comprar. Tanto é que foi usado pela lei de transparência aquele recurso, que são os 25% que cabem ao estado utilizar para isso.

Quer dizer, eu não quero imaginar que alguém deva entender que os 25% do lucro obtido pelo detento tenha que ser aplicado exatamente lá naquele presídio. É evidente que não, até porque em cada presídio entram recursos do estado. São milhões de reais por dia para a manutenção do serviço.

Eu conheço pouco o diretor do Deap, Leandro Lima, pois eu o vi somente uma ou duas vezes. Mas não vejo nenhuma maldade por parte dele pelo fato de ele ter utilizado esses recursos com essa finalidade. Não foi para o carro dele, não foi para comprar uma mesa para ele! Foi para comprar uma mesa para o Deap, para o sistema penitenciário! Ou ainda foi para comprar um patrimônio para o governo, para o dono dos 25%, daquele recurso.

Mas quero abordar, sr. presidente, um assunto que por muitas vezes já levantei aqui nesta Casa. E principalmente os deputados Jailson Lima, Antônio Aguiar e eu, na condição de médicos, temos que dar uma contribuição maior nesse tipo de assunto.

É conhecida de todos a preocupação com relação à qualidade e à quantidade de serviços que o SUS produz para atender a uma demanda que cresce, e por isso é cada vez mais reprimida.

Neste ano, o SUS nacional contratou o serviço de uma consultoria para fazer um levantamento e avaliar a qualidade do serviço prestado por ele. E assim em cada estado essa consultoria deu uma nota para que se tivesse uma ideia, de zero a dez, de qual nota daria em cada estado. A média nacional foi 5,2 e a média de Santa Catarina foi 6,2. Ou seja, imaginando de zero a dez, 5,2 é uma nota de reprovação - o aluno que tirou 5,2 no colégio passou, mas assim... E a média 6,2, de Santa Catarina, é uma nota regular, longe daquilo que se gostaria de oferecer aos cidadãos catarinenses.

Vejam que o governo de Santa Catarina tem a maior média devido a um esforço muito grande por parte do governo estadual, só que ainda não está dando o efeito prático.

Os senhores acompanharam pela imprensa que somente na região de Joinville existe uma fila de 200 mil pessoas esperando por um atendimento, esperando pela resolução do problema. E esses pacientes que estão na fila já sabem o que têm, já têm o diagnóstico, mas para eles não está sendo dada a solução.

Então, se imaginar que Santa Catarina tem seis milhões de habitantes e que no lugar onde tem 800 mil pessoas tem uma fila de 200 mil pessoas, de 200 quilômetros de gente, um atrás do outro se fossem colocados em fila, qual seria o tamanho da fila onde tem 6,5 milhões de habitantes? Se multiplicarmos 800 por seis, dá 1.200 quilômetros de gente. No lugar aonde tem 800 mil pessoas, tem 200 mil pessoas de fila, qual é o tamanho da fila de Santa Catarina inteira? Dá uma fila maior do que daqui até São Miguel d'Oeste, ainda entrando na Argentina.

Por que isso? É que depois que criaram a tal da gestão plena, criou ilhas de poder, ilhas financeiras. As pessoas que estão numa determinada gestão acabam sendo obrigados a buscar a solução naquela região, naquela cidade. Ou seja, quem é de Blumenau, não pode operar em Brusque. Muito menos em Joinville, nem Itajaí, tem que ser lá em Blumenau. Da mesma maneira, quem é de Itajaí não pode ir para Blumenau ou Brusque, tem que ser lá em Itajaí.

Agora, o governo do estado colocou os recursos para fazer o mutirão nesse balaio, deputado. Colocou os recursos exatamente nessa mesma gestão, aonde quem é de uma cidade só poderá ser atendido naquela cidade.

Então, o mutirão acaba não dando o efeito que era para dar. Quem vai a Itajaí o mutirão de Itajaí exige que se siga uma fila, aquela fila que está lá prevista para ser atendida. Se esse paciente encontrar alguém que resolva o problema dele em Brusque, em Blumenau ou Joinville, ele não

pode ser operado lá, vai ter que voltar para Itajaí e novamente se submeter àquela fila que assegura ali.

Então, deputado Jorge Teixeira, v.exa. que entende ainda melhor do que isso, pois é médico, poderia nos ajudar muito nisso. Precisamos alterar o critério de atendimento dos mutirões. O mutirão, o paciente que procura uma solução não pode voltar a se submeter àquela mesma ordem onde ele não era atendido. Por isso o governador criou o mutirão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, também aqui quero fazer o registro do meu amigo Carlos Grendene, presidente do CDL de Joinville, junto com todos os outros participantes aqui.

Sejam bem-vindos a esta Casa. Com certeza vocês podem conseguir aquilo que estão procurando.

Quero parabenizar a prefeita de Bombinhas, cidade bonita, a nossa Miami brasileira. Bombinhas é uma cidade linda, e a prefeita Ana Paula da Silva assinou, durante o seminário do Lixo Zero, a Legislação do Lixo Zero, o Decreto Municipal n. 01.823/2013, de 02 de outubro de 2013, que cria o comitê Lixo Zero, no município de Bombinhas.

Com esse acordo firmado com o Instituto Lixo Zero, eles vão buscar até 2020 ser igual às cidades que visitamos na Suécia. A cidade de Bombinhas está procurando lixo zero. E quero estimular o desafio aos prefeitos municipais a fazerem o mesmo, a terem a coragem de assinar esse convênio com metas para que até 2020 consigamos ter a questão do lixo zero.

O que é lixo zero? Todo lixo produzido por nós, humanos, ou vai para a reciclagem ou vai para outro tipo de tratamento, e nada mais vai para aterro sanitário.

Essa é a meta que Bombinhas está tendo. O deputado Romildo Titon também participou da nossa

ida lá, e Bombinhas saiu na frente. De todos os municípios catarinenses, são 295, Bombinhas sai na frente.

Parabéns à prefeita Ana Paula da Silva, que assinou esse acordo e que criou, por decreto municipal, metas e o Comitê Lixo Zero, no município de Bombinhas.

Vamos acompanhar, ajudar no que for possível, para que essas metas possam ser alcançadas e Bombinhas possa ser uma cidade diferenciada de todas as outras.

Então, mais uma vez convoco os prefeitos, desafio os prefeitos a fazerem o mesmo que Bombinhas fez.

Outro assunto que quero falar é que em 2011 entrei com um projeto de lei, deputado Altair Guidi, de n. 363.3/2011, que obriga o estado de Santa Catarina a divulgar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, alcançado em cada unidade escolar, através de placa padronizada a ser fixada na entrada de cada escola avaliada.

Entendo que isso deveria ser público e até como se fosse um chamariz para a escola, porque a escola que fosse bem avaliada pelo Ideb poderia ter isso como um ponto favorável para buscar mais alunos. E a escola que não fosse bem avaliada iria buscar alternativas para que no próximo ano fosse bem avaliada.

Pois bem, esse meu projeto de lei entrou em 2011 e teve, pela comissão de Constituição e Justiça, o pedido de arquivamento, porque dizia que nós estávamos criando despesas ao estado quando se trata de colocar uma placa na frente da escola dizendo o índice do Ideb que aquela unidade escolar recebeu.

Pois bem, em 27 de fevereiro deste ano, não aceitando a análise jurídica da comissão de Constituição e Justiça e vendo que o município de Gaspar colocou isso como uma lei de origem parlamentar valendo no município de Gaspar, pedi o desarquivamento. E agora está no gabinete da nobre deputada Luciane Carminatti, que fez uma série de diligências para saber se vale a pena ou não

aprovar a lei que está aqui em tramitação nesta Casa.

Pois bem, quero pedir à nobre deputada Luciane Carminatti que não precisa fazer mais nada, porque esta Casa perdeu a oportunidade de sair na frente e aprovar uma lei obrigando as unidades escolares a colocar na frente dos seus estabelecimentos a nota do Ideb.

Esta Casa perdeu o bonde, perdeu tempo na discussão, neste trâmite moroso que muitas vezes esses projetos têm, porque foram pedidas uma série de diligências. Querem descobrir o sexo dos anjos para saber se pode ou se não pode colocar na frente da escola uma nota do Ideb, que é pública, que é feita pelo Instituto, que é a qualidade de ensino dos nossos estudantes da rede pública. E não precisa mais, deputado Mário de Nadal, sabe por quê? Porque o Conselho Estadual de Educação fez uma resolução do conselho e foi promulgada e homologada pelo Decreto n. 1.584, do governador do estado, que faz exatamente o que a nossa lei estava prevendo: obrigar as escolas a colocarem na frente o índice do Ideb.

Sei que o deputado Darci de Matos entrou com um projeto parecido com o nosso para fazer isso. Então, quero pedir à deputada Luciane Carminatti que pode devolver o projeto, porque ele não tem mais necessidade de continuação, pois enquanto esta Casa ficou sentada em cima pedindo diligências, o Conselho Estadual de Educação foi mais rápido e apresentou a solução. Mais uma vez esta Casa perdeu a oportunidade de exigir que as escolas coloquem na frente a nota do Ideb.

Parabéns ao Conselho Estadual de Educação que viu que o nosso projeto de 2011 era interessante e eles mesmos tomaram a resolução que leio a seguir, também porque alguns parlamentares acham que isso não pode ser feito.

(Passa a ler.)

“Resolução - 011/2013

Fixa normas para as Escolas da Educação Básica, vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino, referentes à obrigatoriedade de publicação e

divulgação do Índice de Desenvolvimento Educacional - IDEB, para conhecimento público.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XIV do artigo 25, do Regimento Interno, e do inciso I artigo 7º da Lei n. 9394/96 e do Parecer CEE nº 023/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução fixa normas, estabelecendo a obrigatoriedade da publicação e divulgação, para o conhecimento público, do Índice de Desenvolvimento Educacional - IDEB alcançado pela escola.

Art. 2º As informações relativas à publicação e divulgação do IDEB da Instituição, serão estruturadas e afixadas em local de grande circulação da Escola, objetivando o amplo conhecimento público, e, especialmente da comunidade escolar.

Art. Da publicidade e divulgação deverão constar as seguintes informações:

I. Nome da Instituição (mantenedora) e respectivo CNPJ;

II. Nome da Escola;

III. Conceito do IDEB correspondente a cada ano em que o mesmo foi atribuído;

IV. Meta projetada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, para cada um dos anos.

Art. 4º A contar da publicação da presente Resolução, a Instituição terá o prazo de 30 (trinta) dias para dar o devido cumprimento ao estabelecido." [...] [sic]

Quero dizer aos srs. pais, à Associação de Pais e aos professores que esta é uma resolução de final de fevereiro e, portanto, no final de março todas as escolas estaduais deveriam ter a divulgação da nota do Ideb.

Aí pergunto: a escola de seu filho tem? Está lá? Você sabe qual é a nota? Afinal de contas, a nota mostra qual é a qualidade de ensino da escola e do estabelecimento comercial.

Então, quero mais uma vez aqui parabenizar o Conselho Estadual de Educação que viu que a nossa

ideia era importante. E digo mais uma vez que fico triste em saber que esta Casa perdeu o *time*, ficou discutindo o sexo dos anjos de algo que é importantíssimo: colocar a placa fixada com a nota do Ideb. E agora perdemos mais uma vez de ter uma lei desta Casa.

Agora estamos fazendo o registro de uma resolução do Conselho Estadual de Educação. Quer dizer que não podemos por que faz gasto? A resolução do Conselho Estadual também não cria gastos? Eles podem e nós não podemos? Perdemos o *time*, ponto negativo para esta Casa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar com satisfação a presença nesta Casa do Ivo, presidente da Federação dos Pescadores de Santa Catarina há muitos anos, um grande líder da área da pesca em nosso estado, batalhador, organizador das colônias de pesca, defensor da pesca artesanal do nosso estado, que hoje está nos visitando. Ele também tem participação em nível nacional na confederação da pesca do nosso país.

Seja bem-vindo, Ivo! E junto com o Ivo está aqui o Jamir que reside na colônia de pescadores do balneário de Barra do Sul.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Registro a presença nesta Casa do nosso prefeito Hélio José Daltoé, de Descanso, da vereadora Silvana Maria Battisti Bugnotto e dos vereadores Sadi José Liton, Lari Antonio Heinen, Claudir Henz e de Nilson Miguel Gosch.

Também com muita satisfação registro a presença de meus colegas cunhaporenses, a dona

Inês, a dona Lori, de Palmitos, e a Lucinéia, professora em Florianópolis, as quais tiveram oportunidade de conhecer o dia a dia do parlamentar na Assembleia Legislativa catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Casa também cumprimenta a todos que foram citados por ambos os deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, a minha fala vai se ater no dia de hoje a um assunto que vem há muito tempo sendo debatido no cenário nacional, mais em especial pelos estados, ou seja, trata da dívida dos estados em relação ao governo federal.

Ao longo dos anos, deputado José Milton Scheffer que foi prefeito de Sombrio, v.exa. sabe muito bem o quanto nos últimos anos os municípios vêm perdendo receita por conta de uma série de fatores que aumentaram as incumbências, ou seja, os trabalhos, os serviços, as municipalizações, seja da Educação, da Saúde, da Assistência Social, enfim, de muitas atividades que eram compartilhadas com o governo federal, com o governo estadual.

No aspecto de resolver os problemas isso tem sido bom para os cidadãos, ou seja, para as pessoas, porque é nos estados, mais em especial nos municípios que as pessoas têm um pouco mais de acesso, onde o acesso é mais facilitado para resolver os seus problemas, porque é lá que está o prefeito, é lá que estão os vereadores, os secretários. O estado está um pouco mais longe, e a União, muito mais distante. Então, é lógico que as pessoas procuram a aproximação com o poder público local. No entanto, os recursos têm sido centralizados no governo federal.

Por outro lado, os estados ao longo dos anos negociaram suas dívidas com o governo federal. Essas dívidas foram negociadas em época que havia uma inflação muito mais elevada do que nos dias de

hoje. Portanto, essas negociações, na época, tiveram uma taxa de juros muito mais elevada do que atualmente, até pela redução da inflação, pela estabilização econômica, entre outros fatores que influenciaram nessa redução de taxas de juros, de encargos sociais. Mas ao mesmo tempo essas negociações, esses contratos, permaneceram ou permanecem até os dias de hoje.

Portanto, o que se paga de juros e de encargos das dívidas dos estados está muito acima daquilo que o próprio governo federal paga dos encargos da sua dívida contraída com instituições financeiras nacionais e internacionais. Mas parece-me que temos um alento, porque vejo no jornal *Diário Catarinense* de hoje: "Novo cálculo da dívida gera economia de 2,2 bilhões ao estado".

Essa é uma boa notícia, porque, se aprovado agora no Senado, certamente, a partir do ano que vem terá efeito para este estado, bem como para outros estados e municípios. E tem municípios com uma dívida muito maior do que o estado de Santa Catarina, como São Paulo que tem uma dívida do município bem maior do que a que temos. Portanto, terá uma redução também maior, mas proporcionalmente é favorável ao estado de Santa Catarina, porque o estado, até o final de 2028, do contrato de empréstimo, do débito com a União, que está estimado em R\$ 5,9 bilhões, reduz esse encargo para R\$ 3,7 bilhões.

Então, se esse projeto for aprovado no Senado, renderia já em 2013 uma redução de R\$ 115 milhões que ficariam nos cofres estaduais, em vez de bancar juros da dívida, já que a mudança do indexador seria retroativa a janeiro deste ano. E a projeção para 2014 é de R\$18 milhões. Obviamente, isso vai colaborar com mais investimentos no estado, que é o que precisamos.

Portanto, será uma boa decisão, se acontecer essa aprovação no Senado em favor dos catarinenses.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado, v.exa. faz uma reflexão muito interessante sobre a questão da dívida. Precisamos ver primeiro por que isso está acontecendo. O

governo de Santa Catarina está de parabéns por aproveitar essa oportunidade e fazer essa economia para o povo catarinense. Assim, temos que cumprimentar aqui o governador Raimundo Colombo, o secretário Antônio Gavazzoni, por essa articulação. Mas tudo isso está acontecendo porque muitos municípios e prefeituras grandes, como a de São Paulo e de outros estados, estavam mais do que sufocados com a sua dívida, não podendo contrair mais nenhum empréstimo.

Quero que seja feita uma reflexão também de que é preciso, sim, rever o pacto federativo e dar mais autonomia e recursos para os municípios e estados. E a União tem que diminuir um pouco a sua sede nas receitas, porque isso está sufocando estados e prefeituras deste Brasil afora.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

É importante ressaltar que é preciso fazer um novo pacto federativo para dar condições aos nossos municípios de enfrentarem os problemas do dia a dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo, aqui, no espaço do PSD, fazer duas observações. A primeira diz respeito ao discurso do eminente, competente e amigo, vizinho deputado Silvio Dreveck - vizinho da serra, do planalto norte.

O deputado Silvio Dreveck tem explorado muito essa questão econômica, tem estudado esse tema, colocando muito bem essa perspectiva com o projeto que foi aprovado na Câmara, da renegociação da dívida dos estados com a união, dando um fôlego, deputado Jorge Teixeira, para os estados e conseqüentemente para os municípios.

V.Exa. tem razão, porque é um absurdo, ao longo dos anos, das décadas, nós produzimos e a grande fatia da arrecadação vai embora para Brasília. Já se fala no montante de 70%, apenas 30% ficam no estado e nos municípios, que é onde a vida das pessoas acontece. Essa arrecadação vai para Brasília, e nós temos que garimpar com pires na mão, os prefeitos, os secretários, ou então emprestar recursos da união. E agora estamos com essa dívida monstruosa, que drena os nossos recursos, mensalmente, anualmente, e essa possibilidade, sr. presidente, da renegociação da dívida é uma luz no fundo túnel. É um alento para o caixa do estado.

O deputado José Milton Scheffer tem razão. Temos que rever o pacto federativo. Não é justo, não é racional, não é possível que 70% daquilo que nós produzimos, deputado Silvio Dreveck, o senhor já foi prefeito, eu ainda não, mas se Deus quiser ainda pretendo ser, 70% daquilo que produzimos vá embora para Brasília e muitas vezes não volta para os estados e para os municípios. Então, o pacto federativo, sim, tem que ser revisto com extrema urgência.

Sr. presidente, com a sua permissão, desejo falar sobre uma indicação minha, deputado Kennedy Nunes, que deverá ser apresentada e votada nesta Casa, e peço que todos sejam favoráveis, aprovando o Projeto de Lei Complementar n. 237/2012, que altera a Lei Complementar n. 123/2006, que dispõe sobre o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Sr. presidente, esse assunto é da maior importância para Santa Catarina, sobretudo para as micro e pequenas empresas que se constituem em um dos segmentos que seguram a economia do estado e do país.

Quando falamos, deputado Sandro Silva, de micro e pequena empresa, estamos falando de 22% PIB do país, de 60% dos empregos gerados no nosso país. Portanto, estamos falando de um segmento que gera postos de trabalhos sustentáveis, que aquece a nossa economia e que precisa e merece a nossa atenção e o nosso apoio.

Esse projeto de lei, sr. presidente, ele na verdade vai aperfeiçoar, readequar, atualizar, a lei geral da micro e pequena empresa do Super Simples, que carece de algumas mudanças ao longo dos anos.

Tenho participado dos eventos da Fampesc, do evento que o deputado Jorginho Mello realizou, aqui, com a Fecomércio, para debater sobre esse tema.

Nós sabemos a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é de fundamental importância. Mas nós precisamos criar um mecanismo de transição da faixa de faturamento das micro e pequenas empresas para as empresas normais, que é na ordem de R\$ 3,6 milhões, porque da forma que está posta a legislação, hoje, as micro e pequenas empresas são forçadas a permanecerem como micro e pequenas empresas, não possuem nenhum incentivo, nenhum mecanismo que possibilite a elas almejar um crescimento e passar para outra faixa de atuação e de faturamento.

Sr. presidente, precisamos definitivamente tratar da discussão e da aprovação do Simples Trabalhista.

Há muitos anos, deputado Kennedy Nunes, atuamos no ministério do Trabalho, então, conhecemos um pouquinho dessa área. E sabemos que não é justo que uma microempresa que tem três funcionários, por exemplo, venha a ser regrada pela mesma legislação, pela mesma CLT que rege uma multinacional com 20 mil trabalhadores.

Tem alguma coisa errada nisso. Não é justo, não é possível, não é racional. Nós precisamos criar o Super Simples, dar um tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas no que diz respeito à legislação trabalhista, como existe o tratamento diferenciado de crédito tributário, porque é dessa forma, dando tratamento diferenciado e definitivo, amplo e restrito para essas empresas de Santa Catarina e do país que poderemos aquecer a nossa economia e ajudar no desenvolvimento de nosso estado.

Quero parabenizar as Ampes - Associações das Micro e Pequenas Empresas do Estado, que estão

organizadas em número maior de 100 em Santa Catarina, sobretudo, deputado Kennedy Nunes, a nossa Ajorpeme, porque a Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau é a mais antiga, agora a maior e mais organizada do Brasil é a Ajorpeme - Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas.

Portanto, tenho certeza de que poderemos interagir com os parlamentares federais, senadores, na discussão e votação desse projeto de lei que modernizará e adequará à lei geral da micro e pequena empresa. Ela tem que acontecer este ano para que esse segmento tão importante da economia possa ter uma sobrevida, continuar gerando empregos e aquecendo a nossa economia.

Sr. presidente, também desejo fazer menção às medidas provisórias que aprovamos na semana retrasada, nesta Casa. Naquele momento não foi possível falar, porque havia um grande número de servidores participando da nossa sessão, e eram três medidas provisórias de fundamental importância para Santa Catarina, principalmente para a saúde do nosso povo.

Por isso, parablenizo o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, que faz um excepcional trabalho naquela pasta, a nova secretária da Saúde, Tânia Eberhardt, de Joinville, técnica, competente, corajosa e que demonstrou, há poucos dias na pasta da Saúde, que fará um excepcional trabalho. E quero fazer referência ao nosso governador João Raimundo Colombo que aos poucos vai demonstrando uma forma diferente de governar. Organizou o estado, as finanças, as obras começam a aparecer e aos poucos começa colocar em dia o salário dos servidores de Santa Catarina.

E com relação à Saúde não é diferente. Nós aprovamos a medida provisória da regulamentação, de fundamental importância, aprovamos a medida provisória que repassa recursos *per capita* para os municípios do estado, para fazer frente à questão das demandas dos exames que estão represados nos municípios e no estado e aprovamos a gratificação para os médicos, que é necessária e urgente,

porque não temos médicos e precisamos melhorar o salário desses profissionais da saúde.

Deputado Sargento Amauri Soares, quero fazer aqui duas observações. Primeira, quando o presidente do sindicato dos servidores fez algumas afirmações - discordo de algumas, apenas concordo com uma - de que os nossos médicos de Santa Catarina precisam cumprir a jornada, ele tem razão. Ele chamou atenção. E reforço aquilo que foi dito, da tribuna, na semana retrasada, que os nossos profissionais de Medicina, os nossos valorosos médicos catarinenses que salvam vidas, trabalham diuturnamente em nosso estado, mas precisam, no serviço público, cumprir a jornada. É necessário, decente, ético, exigirmos e pedirmos que os médicos cumpram a sua jornada. Mais do que isso, a outra observação é de que temos que continuar interagindo com o governo, discutindo com o secretário da Fazenda e da Saúde, para que possamos implantar aquilo que implantamos na secretaria da Fazenda, aquilo que Minas Gerais faz há muitos anos e a China há mais de 500 anos, que é a meritocracia.

Quem produz mais, quem é mais eficiente, quem é mais dedicado tem que receber de forma diferenciada. Tem que ter um plus, uma gratificação. E aí não podemos abrir mão prioritariamente, deputado Silvio Dreveck, da implantação da meritocracia, do sistema de produtividade para todos os profissionais da Saúde e com o tempo para todos os servidores do estado, principalmente para aqueles que atuam na atividade fim, na ponta da linha, atendendo às pessoas, resolvendo os problemas das pessoas, resolvendo problemas que muitas vezes são difíceis para o povo catarinense, sobretudo na área da Saúde, porque a saúde é imprescindível, a saúde continua sendo para todos nós antes, durante e depois a prioridade das prioridades.

Portanto, deixo aqui o meu registro de que naquilo que eu puder vou atuar para que possamos, ao longo dos anos ou quem sabe brevemente, implantar a meritocracia para todos os servidores da Saúde do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Concedo com muito prazer a palavra ao deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Kennedy Nunes, é um prazer ser anunciado por v.exa. como representante da bancada do PMDB. E é um prazer também falar em nome da bancada do meu partido.

Cumprimento todos os srs. deputados, as sras. deputadas, a imprensa.

Deputado Kennedy Nunes, falarei sobre as cooperativas de Santa Catarina. Na semana passada, numa quinta-feira, tive a felicidade de, junto com o deputado Reno Caramori, participar de mais um encontro das mulheres cooperativistas, do conhecimento do cooperativismo, mais especialmente das famílias cooperativistas.

Quero dar uma mensagem cumprimentando os dirigentes cooperativistas pelo encontro valorizando a mulher cooperativista. E quando se valoriza a mulher cooperativista com certeza também está se valorizando a família e o jovem.

As mulheres têm no seu dia a dia, nas nossas famílias, nas nossas casas, nos negócios, na presença de todas, nas ações feitas diariamente deputado Volnei Morastoni, presença de espírito nesse trabalho que nos orgulha a todos. E a outra homenagem que quero fazer no dia de hoje é à Cooperativa Alfa, situada em Chapecó, mas espalhada em todo o estado de Santa Catarina, pelos seus 46 anos de existência.

A Cooperativa Alfa surgiu em 29 de outubro de 1967. Foi denominada Cooperativa Tritícula Oeste Catarinense. Depois foi denominada de Cooperativa Mista Agroindustrial de Chapecó Ltda. E atualmente, Cooperativa Agroindustrial Alfa.

Essa cooperativa tem 16.407 associados, 2.372 funcionários e atua no ramo de supermercados, de lojas de insumos e de equipamentos agropecuários.

Tem suas principais atividades na produção de soja, de milho, de trigo, de leite, de aves, de suínos, de feijões e de outros cereais.

Fundada em 20 de outubro de 1967 pelos srs. Aury Luiz Bodanese, Setembrino Zanchet e outros 35 agricultores, a cooperativa chega hoje aos seus 46 anos com saúde financeira compatível às melhores e maiores corporações do país, segundo dados publicados pela revista *Exame*. Com base em 2012, a Alfa é a 10ª empresa no ramo da produção agropecuária, com faturamento de US\$ 715 milhões por ano. A cooperativa tem uma projeção inicial para um faturamento, em 2014, de US\$ 1,7 bilhão.

Hoje, em Chapecó, a Câmara de Vereadores, concede ao presidente da empresa, Romeo Bet, pelo reconhecimento do seu trabalho e das suas funções junto com a diretoria da Cooperalfa, o título de Cidadão Chapecoense. Importante lembrança da Câmara de Vereadores, dos nobres vereadores do Parlamento de Chapecó, conceder essa honraria que como disse destaca-se entre as melhores e maiores do nosso país.

Quero deixar registrado aqui o nosso reconhecimento, e tenho certeza de que posso falar em nome de todos os parlamentares da Frente Parlamentar do Cooperativismo desta Casa, o reconhecimento da importância do cooperativismo para o nosso estado.

Srs. deputados, a empresa destaca-se principalmente nas atividades que desenvolve no oeste de Santa Catarina, a agricultura, o agronegócio, a produção de leite, de aves, de suínos e de cereais, que está na economia, senão de todos os 295 municípios, mas na grande maioria deles. Tenho certeza de que todos os municípios de Santa Catarina têm no agronegócio a mola mestre do desenvolvimento da arrecadação de impostos para fazer frente aos seus trabalhos.

Aí está o cooperativismo. E hoje homenageio a Cooperativa Alfa, e posso fazer isso em nome de todas as cooperativas de Santa Catarina, que são para todos os catarinenses e brasileiros um exemplo de trabalho e de desenvolvimento.

O cooperativismo que ajuda agregar, o cooperativismo que ajuda compartilhar, o cooperativismo que ajuda a cooperar, e é através dele que organizamos os segmentos. E falo sobre o segmento agropecuário porque é aquele que é mais forte dentro do cooperativismo, mas nós podemos falar do cooperativismo na área da saúde, na área dos transportes, na área financeira, no cooperativismo em todos os setores onde as cooperativas estão organizadas.

Também estivemos, no último final de semana, em Palmitos, comemorando os 80 anos de fundação daquela cooperativa, a mais antiga do estado de Santa Catarina. É um exemplo daquilo que é feito e é compartilhado com aqueles que são os seus verdadeiros proprietários, que são os seus associados, em que podemos levar adiante e fortalecermos a economia do nosso estado e do nosso país, desde que nas cooperativas haja pessoas sérias, pessoas competentes, pessoas que querem o desenvolvimento e o bem dos seus associados, como podemos citar o exemplo do estado de Santa Catarina.

Por isso rendo aqui a minha primeira homenagem ao Encontro da Mulher Cooperativista, que foi na quinta-feira passada, ocasião, já disse, em que estavam presentes perto de 900 mulheres, e ao presidente da Cooperalfa, que será hoje na Câmara de Vereadores de Chapecó, uma justa homenagem a quem tem, acima de tudo, espírito cooperativista. E também presto uma homenagem aos 80 anos da Cooperativa A-1, em Palmitos, a mais antiga do estado de Santa Catarina.

Em nome dos seus dirigentes, quero cumprimentar todos os associados, todas as famílias dos seus associados, os dirigentes cooperativistas, especialmente as famílias daqueles que fazem o cooperativismo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Esta Mesa faz o anúncio, com muito pesar, do falecimento, neste instante, do dr. Paulo Henrique

Blasi, pai do ex-deputado, hoje desembargador do Tribunal de Justiça, nosso sempre amigo João Henrique Blasi.

Então, ao nosso amigo Blasi as nossas mais profundas condolências por este momento difícil em que passa a sua família.

Portanto, anunciamos, com pesar, o falecimento do dr. Paulo Henrique Blasi.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Chereim.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Dado Chereim, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dois minutos, que irá falar, com certeza, o assunto saúde.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - V.Exa., sr. presidente, acertou, vou falar sobre saúde, sobre um tema especial, que é obesidade.

Obesidade será tema de uma reunião ampliada da nossa comissão de Saúde, amanhã, quarta-feira, das 10h ao meio-dia, no plenarinho, um tema alusivo também ao Dia Mundial da Alimentação, que transcorreu no dia 16 de outubro. E no dia 11 de outubro também foi o Dia Mundial do Combate à Obesidade.

Por isso não poderíamos deixar passar em brancas nuvens esse tema que permeia hoje o mundo todo. A obesidade é uma epidemia que se alastra pelo mundo, se alastra pelo Brasil, por Santa Catarina e por cada uma das nossas cidades.

Por isso essa reunião. E todos que acompanharam as últimas reportagens puderam ver que os noticiários já começaram a trazer notícias a esse respeito quase que diariamente.

Estamos com mais de 50% da população brasileira com excesso de peso. O índice de obesidade é 17%, e é um índice altíssimo, e somado ao sobrepeso chega a 54%. Portanto, obesidade mais sobrepeso.

Essa determinação da obesidade e do sobrepeso é feita por uma fórmula muito simples, cujo

resultado nos dá o índice de massa corporal. Para se calcular o índice de massa corporal divide-se o peso da pessoa pela sua estatura ao quadrado. Isso vai dar um índice, que se estiver entre 18 e 25, pode-se dizer que a pessoa está normal; se estiver abaixo de 18, a pessoa começa a ter magreza graus 1, 2, e 3, conforme mais baixo for; se estiver entre 25 e 30 é sobrepeso. E se estiver acima de 30 começa a obesidade: de 30 a 35, a obesidade grau 1; de 35 a 40, obesidade grau 2; e acima de 40, obesidade grau 3. Inclusive, é um índice utilizado para as decisões sobre a cirurgia bariátrica, nos casos de obesidade.

Portanto, quando dizemos que mais de 50% da população estão com excesso de peso - o excesso de peso é a soma do sobrepeso e da obesidade - é porque já estão com índices de massa corporal mais elevados. Não utilizamos o índice de massa corporal em algumas circunstâncias, quando temos pessoas mais jovens que têm mais massa muscular - atletas, pessoas que fazem academia. Então, às vezes, o índice de massa corporal pode dar um dado falso, e aí utilizamos o percentual de gordura. Mas, de um modo geral, o índice de massa corporal é o mais utilizado.

Agora, esse problema, que acaba se transformando num problema de saúde pública, está justamente em grande parte relacionado com a alimentação inapropriada, com os excessos de sal, de açúcares e das gorduras. E agora também estamos abrindo um capítulo especial, que é o do excesso de trigo.

O brasileiro consome uma média de 12g de sal por dia. As universidades e o ministério da Saúde têm estudos mostrando que o máximo a ser consumido seriam 5g por dia. Portanto, o ministério da Saúde já iniciou diversas conversações com a indústria brasileira da alimentação para que de 2011, 2012 e 2013, quando começaram essas conversações, até 2022, 2025 o brasileiro possa gradualmente ir reduzindo de 12g para 5g o consumo de sal por dia. Começa pelo pãozinho francês de cada dia e depois vai para os derivados de milho - salgadinhos de milho -, as massas prontas para bolo, o macarrão

instantâneo, e depois vai para vários produtos que estão nessa relação inicial. E o ministério também começou as discussões sobre o excesso das gorduras e assim por diante.

Todos nós sabemos que Hipócrates, que é o pai da medicina, deputado Moacir Sopelsa, 460 a.C. -, e já faz tempo - dizia: "Que o teu alimento seja o teu medicamento".

Então, a alimentação saudável está realmente na base de todo esse problema que estamos vivendo em relação ao sobrepeso e à obesidade.

Se por um lado temos os excessos, deputado Dado Cherem, por outro lado temos as carências. Então, o consumo de frutas, verduras e, conseqüentemente, de vitaminas e sais minerais é muito aquém do necessário. Em média, não chega a 20% ou 30% dos brasileiros que consomem cinco porções de fruta por dia - os brasileiros consomem, sim, cinco porções de refrigerantes por dia. Então, esse índice é alcançado. Mas, se formos considerar as frutas e as verduras, não veremos, infelizmente, essa proporção adequada de consumo, que seria tão necessária para termos uma alimentação mais equilibrada também em relação à população brasileira em todas as idades e em todas as camadas sociais.

Esse problema encontramos entre as crianças do Bolsa Família, nas crianças, nos jovens, nas pessoas da classe média e membros das famílias mais abastadas. Portanto, é um problema generalizado. E esse é um dado importante, porque vemos a falta de informação. Muitas vezes a falta de informação, orientação e educação nesse sentido leva a toda essa epidemia generalizada e a todos esses distúrbios alimentares. E junto com eles os problemas das comorbidades, porque não é só o problema da obesidade, junto com a obesidade temos as comorbidades, que chamamos. Aí entra o câncer, o diabetes. A epidemia de diabetes tipo II, está justamente relacionada com isso

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Volnei Morastoni, seu tema é extremamente pertinente, muito atual, diga-se de passagem, e tenho sempre dito que vivemos a geração dos "inhos" e das "inhas", ou seja, bolachinha, lanchinho, salgadinhos, coxinha. É uma luta muito desigual, porque a indústria alimentícia é muito forte.

V.Exa. pode observar que os governos têm poucos recursos para fazer propagandas em cima da obesidade, do sobrepeso. A indústria alimentícia investe milhões, pegando artistas famosos, pessoas que não poderiam estar ali, mas que estão ali vendendo esses produtos, que todos nós sabemos ser nocivos à saúde infantil.

Hoje em dia, o pai quando vai pagar a conta no supermercado, na altura dos olhos da criança tem chocolate no caixa do supermercado. Observa-se de que maneira eles usam isso.

Então, deputado Volnei Morastoni, é uma questão de determinação, de vontade política. No próprio Congresso existem leis tentando proibir esse tipo de propaganda que afeta a saúde. V.Exa. como médico e pediatra sabe muito bem que uma criança obesa é um adulto doente, não tem como escapar disso.

Então, é uma guerra, como foi contra o cigarro, o álcool. Quem não gosta de uma guloseima, deputado Volnei Morastoni, quem não gosta? Nós adultos gostamos, imagine todos os dias na cabeça de uma criança. Com certeza, é um tema delicado mas muito importante. Aparentemente, uma guloseima não faz mal, mas pode ser tão prejudicial quanto qualquer outro produto que estamos acostumados a ver por aí.

Então, deputado Volnei Morastoni, v.exa. como um pediatra fazendo agora uma pós-graduação em alimentação saudável sabe do que estamos falando. Por isso fico feliz que v.exa. tenha levantado essa bandeira, e continue assim, porque é muito importante a toda essa geração de crianças.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Dado Cherem, é muito importante a sua manifestação que veio complementar e enriquecer a minha fala.

Acho que esta Casa cumpre um papel importante. Agora, essa lei de regulamentação emana em primeiro lugar do Congresso Nacional. Mas a Assembléia Legislativa cumpre um papel importante, e devemos acompanhar essa situação.

A nossa preocupação foi trazer esse tema à discussão e colocá-lo na agenda oficial da nossa comissão de Saúde, para que possamos debatê-lo em outras reuniões, em outras oportunidades.

Sabemos que precisamos vencer essa situação. E como v.exa. bem falou, já enfrentamos o tabagismo, o álcool. Agora, temos a questão da alimentação. Aí a família cumpre um papel importante, a escola cumpre um papel importante, as empresas, os governos em todos os níveis, também as entidades sociais, comunitárias e os próprios meios de comunicação. Infelizmente, as crianças já na mais tenra idade, na idade pré-escolar, na idade escolar, passam parte do dia diante da televisão e são bombardeadas por essa publicidade que também precisa ser acompanhada por nós todos. Então, faz-se necessário tomarmos medidas sobre todas essas situações aqui.

Esse tema será debatido, amanhã, na comissão de Saúde. Todos estão convidados, e é apenas um primeiro passo para ampliarmos esse debate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sra. deputada, pessoas que nos acompanham pela TVAL e também pela Rádio Digital da Assembleia Legislativa, Primeiramente gostaria de lamentar a morte do pai do nosso suplente de vereador, de Joinville, Valdemar Batisti. O seu enterro foi agora, às 15h. Então, os nossos sentimentos ao Valdemar Batisti, nosso suplente de vereador, do

PPS, lá de Joinville, por essa perda tão dolorosa, que é a perda do seu pai.

Gostaria de dizer também, presidente, que recebi em meu gabinete, liderados pelo seu presidente, integrantes do Sindiótica de Santa Catarina, que estão passando de gabinete em gabinete, conversando com os deputados, falando sobre o projeto de lei do deputado Darci de Matos, do qual o deputado Serafim Venzon é o relator, que exige a presença de um técnico em ótica em cada estabelecimento que venda óculos.

Hoje não é raro encontrarmos em todos os lugares, nas praias, por exemplo, até em lojas de 1,99, a venda de óculos de grau, inclusive. A venda de óculos de sol já é conhecida, pois em qualquer lugar se vende, mas também hoje em dia não é difícil encontrar óculos de grau de 0.5 até 4.0. E as pessoas acabam comprando óculos a R\$ 15,00, sem nenhum encaminhamento médico, sem ter passado por um oftalmologista.

Realmente, é um problema grave, um problema de saúde pública, porque esses óculos quando mal utilizados, quando mal adquiridos, acabam prejudicando a visão, e essas pessoas que compram esses óculos de forma errada acabam indo parar na rede pública para terem seus problemas de visão sanados.

Portanto, estamos apoiando o projeto de lei do deputado Darci de Matos e estamos fazendo uma emenda para que esses técnicos sejam formados em órgãos certificados em instituições no seu estado. Então, aqui fica o nosso apoio.

Também quero falar, presidente, sobre um projeto de lei que estamos dando entrada na Casa, sobre um assunto que falei na semana passada, sobre os pais, os servidores públicos que têm filhos especiais e que às vezes são obrigados a trabalhar muito distante de suas casas.

Esse nosso projeto de lei exige que os funcionários que são pais, que têm pessoas com necessidades especiais na família, portadores de deficiência, que trabalhem no máximo a 50 quilômetros de distância da sua casa, para que possam ir ao trabalho e estar em casa todos os

dias, para poder auxiliar no cuidado dessa pessoa portadora de deficiência.

Digo isso porque na semana passada relatei um caso em que um funcionário da Casan foi transferido de Garuva para Ascurra, 200 quilômetros longe da sua casa, e tem uma pessoa com deficiência em casa, que fica apenas com a sua mãe e mais cinco irmãos, e a mãe tem dificuldade para cuidar dessa pessoa sozinha.

Então, estamos entrando com esse projeto de lei exigindo que o servidor público que tenha um filho portador de deficiência, algum membro da família que seja portador de deficiência, que trabalhe no máximo a 50 quilômetros de distância da sua residência, para que possa prestar esse auxílio à sua família também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quem nos acompanha nesta sessão, quero só registrar que na manifestação anterior tinha me referido à criança de Lages que estava sem vaga de UTI para queimados. E foi divulgado pela imprensa, hoje, ao meio-dia, veículo da RBS TV, que a tal criança foi transferida, de avião, para Porto Alegre.

Então, o governo do estado, a secretaria da Saúde, conseguiu a vaga na cidade de Porto Alegre para que aquela criança de Lages fosse atendida de forma adequada como o caso exige. Não obstante, o deputado Volnei Morastoni sabe que no ano passado, há um ano, a notícia era que se estava fechando duas vagas para crianças queimadas no Hospital Infantil de Joinville, e a alegação é que não tinha demanda no estado de Santa Catarina para tanta criança queimada.

Portanto, só quero fazer este registro, do ponto de vista da crítica ao fato de terem

desmobilizado dez vagas de queimados. Evidentemente que é um serviço caro, mas quero dizer que o governo não deixou na mão e com justiça transferiu hoje de Lages para Porto Alegre para garantir o atendimento.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo um aparte ao deputado Dado Cherem.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado, inclusive foi manifestação minha contrária na época à desativação desses leitos na cidade de Joinville, porque quando acontece não tem vaga, só em Lages.

Então, Lages fica comprometida com o excesso de pacientes. E agora o governo teve que alugar uma aeronave para outro estado, mas se tivesse mantido pelo menos aquelas vagas, com certeza não passaríamos por isso.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Certo, e muito obrigado pelo seu aparte. Realmente acaba ficando mais caro mobilizar toda uma equipe de profissionais para que se possa fazer esse transporte, essa remoção para outro estado. Mas vale, sim, com certeza, o registro de v.exa. que toda estrutura que conseguirmos manter em Santa Catarina é melhor para a sociedade catarinense no seu conjunto.

Faço reverência ao Dia do Servidor Público, no dia de ontem, 28 de outubro, e leio aqui a manifestação uma nota do Sindalesc, Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa, relativa a esse dia.

É do Sindalesc, mas vale para o conjunto dos servidores públicos, até porque faz essa abordagem é bastante geral:

(Passa a ler.)

"Neste dia 29 de outubro, o Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Sindalesc) parabeniza os trabalhadores no serviço público pelo seu dia. Queremos manifestar nossa solidariedade a todas as categorias que lutam por melhores condições de trabalho, salário digno e respeito.

O serviço público deve garantir o bem-estar social e o fortalecimento do Estado. Lutamos porque entendemos que somente através de uma gestão pública eficiente, que valorize a prestação de serviços essenciais ao cidadão, o Estado, de fato, estará exercendo suas atribuições constitucionais em defesa do coletivo.

O servidor público é o agente que atua diretamente na sociedade, e a valorização deste trabalhador é essencial à administração do Estado. Em Santa Catarina, o funcionário público, principalmente aquele que presta serviço essencial ao cidadão, trabalha doente, é submetido a escalas de trabalho aviltantes, sofre assédio moral e em muitos casos é impossibilitado de tratar de sua saúde para não sofrer perdas em seu salário. Isto precisa acabar!

Repudiamos o Estado mínimo, a terceirização e defendemos o concurso público, porque acreditamos que somente através da contratação de servidores concursados, especializados e capacitados a exercerem suas atividades o Estado estará livre do apadrinhamento político, do nepotismo e de interesses privados." [...][sic]

Aí então a nota do Sindalesc no dia de hoje em alusão ao Dia do Servidor Público, que foi ontem.

Nós queremos ainda registrar que esse combate à terceirização que temos feito, os movimentos populares de esquerda, não é um combate aos terceirizados, que aliás é um conjunto de aviltados. Portanto, queremos registrar que o trabalhador terceirizado, inclusive, precisa se conscientizar e ajudar a lutar pelo concurso público, porque é a maneira mais eficiente de garantir tratamento digno e não um salário miserável para o trabalhador e um contrato milionário para a empresa que o contrata.

Portanto, parabéns a todos os servidores públicos pelo seu dia. A luta precisa continuar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.
Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0363/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Abdon Batista (Unidade Básica de Saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, de Trabalho e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0427/2013, de procedência governamental, que autoriza doação de imóvel no município de Dona Emma (Unidade Básica de Saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Justiça, Finanças, Trabalho e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0412/2013, de procedência governamental, que autoriza doação de imóvel no município de Coronel Freitas (Unidade Básica de Saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Justiça, Finanças, Trabalho e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h05m, para votarmos a redação final desses projetos.

Está encerrada a sessão.